

Import Export, L.<sup>da</sup>, com sede na Travessa das Pedras Soltas, 3-A, 1.º, frente, Póvoa da Galega, desenvolva o exercício da actividade de comércio de armamento, com a seguinte alteração do seu objecto social: «Importação, exportação, representação, distribuição e comércio de bens e tecnologias militares e bens e serviços diversos, nomeadamente armas, munições, artigos de defesa, complementos à actividade cinegética, complementos a todo o tipo de tiro, equipamentos e estruturas de apoio, vestuário, calçado, óptica, malas, protecções pessoais, artigos de desporto, documentações e projectos diversos.»

13 de Setembro de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

## FORÇA AÉREA

### Comando de Pessoal da Força Aérea

#### Direcção de Pessoal

##### Repartição de Pessoal Civil

**Despacho n.º 20 932/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 15 de Setembro de 2005 do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea:

António José Possidónio Palma, auxiliar de serviços do quadro geral de pessoal civil da Força Aérea — transita para a categoria de operário qualificado, serralheiro, após cumprido o preceituado no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos administrativos reportados à data do despacho do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

19 de Setembro de 2005. — O Chefe da Repartição, *Manuel Estalagem*, tenente-coronel.

**Despacho n.º 20 933/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 15 de Setembro de 2005 do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea:

José Sousa de Vasconcelos, operário semiqualificado do quadro geral de pessoal civil da Força Aérea — transita para a categoria de operário qualificado, estação de serviço, após cumprido o preceituado no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos administrativos reportados à data do despacho do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

19 de Setembro de 2005. — O Chefe da Repartição, *Manuel Estalagem*, tenente-coronel.

**Despacho n.º 20 934/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 15 de Setembro de 2005 do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea:

Vítor Manuel Ferreira Esteves, operário principal qualificado pintor do quadro geral de pessoal civil da Força Aérea — transita para a categoria de operário principal altamente qualificado, marceneiro, após cumprido o preceituado no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos administrativos reportados à data do despacho do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

19 de Setembro de 2005. — O Chefe da Repartição, *Manuel Estalagem*, tenente-coronel.

**Despacho n.º 20 935/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 15 de Setembro de 2005 do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea:

Manuel Teodoro Vasconcelos, operário semiqualificado, do quadro geral de pessoal civil da Força Aérea — transita para a categoria de operário qualificado, construção civil, após cumprido o preceituado no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos administrativos reportados à data do despacho do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

19 de Setembro de 2005. — O Chefe da Repartição, *Manuel Estalagem*, tenente-coronel.

**Despacho n.º 20 936/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 15 de Setembro de 2005 do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea:

Ana Paula Ferreira Peralta Marques, auxiliar administrativa do quadro geral de pessoal civil da Força Aérea — transita para a categoria de fiel de armazém, após cumprido o preceituado no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos admi-

nistrativos reportados à data do despacho do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

19 de Setembro de 2005. — O Chefe da Repartição, *Manuel Estalagem*, tenente-coronel.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Centro de Estudos Judiciários

**Despacho n.º 20 937/2005 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, no artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos artigos 35.º a 37.º e 39.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho:

1 — Designo para dirigir o Departamento de Planeamento, Organização e Informática do Centro de Estudos Judiciários o director-adjunto licenciado José António Branco, procurador da República, em quem delego, neste âmbito, competência para a prática dos seguintes actos:

- Conceber, promover, nomeadamente através do estabelecimento de parcerias com outros organismos e entidades, e orientar a realização de uma política integrada de inovação e qualidade no recurso às tecnologias da informação e da comunicação;
- Promover, organizar e supervisionar a formação em matéria de recurso às tecnologias da informação e da comunicação;
- Supervisionar a utilização, manutenção e conservação dos equipamentos de informática e multimédia;
- Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 50 000;
- Autorizar a escolha prévia do tipo de procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 205.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de € 50 000;
- Autorizar as despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados até ao limite de € 250 000.

2 — Delego também no director-adjunto José António Branco a competência para a prática dos seguintes actos relativamente aos magistrados do Ministério Público nomeados, em comissão de serviço, directores de delegação do Centro de Estudos Judiciários:

- Justificar ou injustificar as faltas;
- Autorizar o gozo e a acumulação de férias;
- Autorizar o abono de exercício perdido por motivo de doença;
- Autorizar a inscrição e participação em acções de formação que decorram em território nacional e se inscrevam no âmbito do plano de formação aprovado.

3 — A delegação referida nos n.os 1 e 2 compreende a assinatura de correspondência e expediente, com excepção da correspondência e do expediente dirigidos a ordens profissionais, sindicatos, associações patronais e órgãos dirigentes de organizações não governamentais que exceda a mera transmissão de orientações já superiormente sancionadas.

4 — Mantenho a reserva de assinatura de correspondência e de expediente dirigidos a órgãos de soberania, aos Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público, à Procuradoria-Geral da República e a órgãos da comunicação social.

5 — Ratifico todos os actos praticados desde 1 de Setembro de 2005 pelo director-adjunto José António Branco que se inscrevam no âmbito das competências delegadas pelo presente despacho.

6 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

20 de Setembro de 2005. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

### Direcção-Geral da Administração da Justiça

**Despacho (extracto) n.º 20 938/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 9 de Setembro de 2005 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005):

Maria de Lurdes Estêvão Assunção Barbedo, técnica de justiça-adjunta dos Serviços do Ministério Público das Varas Criminais de

Lisboa — autorizada a permuta para idêntico lugar dos Serviços do Ministério Público do Tribunal de Comércio de Lisboa.

Ana Maria Maravilha Domingos Magalhães Caracol, técnica de justiça-adjunta dos Serviços do Ministério Público do Tribunal de Comércio de Lisboa — autorizada a permuta para idêntico lugar dos Serviços do Ministério Público das Varas Criminais de Lisboa.

(Aceitação — 2 dias.)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Setembro de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

### Instituto Nacional de Medicina Legal

**Aviso n.º 8567/2005 (2.ª série).** — Por deliberação do conselho directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) de 1 de Setembro de 2005:

Licenciados António Castañera Ajenjo e Susana Maria dos Santos Sadler Simões — contratados, em regime de contrato administrativo de provimento, para realizar estágio de ingresso na categoria de especialista superior de 2.ª classe de medicina legal, da carreira de especialista superior de medicina legal, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Medicina Legal, Delegação de Lisboa, precedendo concurso externo. O referido contrato é celebrado pelo período de um ano, podendo ser prorrogado nos termos do n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, até à data da posse, produzindo efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, data que corresponde ao início do estágio.

21 de Setembro de 2005. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

### Instituto de Reinserção Social

**Despacho (extracto) n.º 20 939/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 29 de Agosto de 2005, no uso de competência delegada:

Licenciada Maria do Rosário Quesada Rodriguez do Amaral, técnica superior principal da carreira técnica superior de reinserção social, do quadro de pessoal deste Instituto — autorizado o pedido de passagem à situação de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a 3 de Outubro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Setembro de 2005. — A Presidente, *Maria Clara Albino*.

**Despacho (extracto) n.º 20 940/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 15 de Setembro de 2005:

Licenciado Joaquim José Preto Baptista, técnico profissional de 2.ª classe da carreira técnica profissional de reinserção social, escalão 2, índice 209, do quadro de pessoal deste Instituto — reclassificado como técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social, escalão 1, índice 400, precedendo parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Setembro de 2005. — Pela Presidente, o Director do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Fernando Assunção*.

**Despacho (extracto) n.º 20 941/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 15 de Setembro de 2005:

Licenciada Maria Cândida Andrade Varela, assessora da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal deste Instituto, a exercer, em comissão de serviço, o cargo de chefe de divisão do núcleo de extensão de Braga — reconhecido o direito ao provimento na categoria de assessora principal da carreira técnica superior de reinserção social, escalão 1, índice 710, com efeitos a 20 de Janeiro de 2003, precedendo confirmação da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, conjugado com o artigo 29.º e o n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Setembro de 2005. — Pela Presidente, o Director do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Fernando Assunção*.

**Despacho (extracto) n.º 20 942/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 15 de Setembro de 2005:

Leonel Bicas Arôcha, motorista de ligeiros da carreira de motorista de ligeiros, escalão 4, índice 175, do quadro de pessoal deste Ins-

tituto — reabilitado profissionalmente, mediante reclassificação, como telefonista, da carreira de telefonista, escalão 5, índice 181, precedendo parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Setembro de 2005. — Pela Presidente, o Director do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Fernando Assunção*.

**Despacho (extracto) n.º 20 943/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 15 de Setembro de 2005:

Américo Augusto Barroso, operário da carreira de operário qualificado (jardineiro), do quadro deste Instituto — nomeado definitivamente, precedendo concurso, operário principal da carreira de operário qualificado (jardineiro), escalão 1, índice 204, do referido quadro, considerando-se exonerado do lugar de origem a partir da data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Setembro de 2005. — Pela Presidente, o Director do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Fernando Assunção*.

**Despacho (extracto) n.º 20 944/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 15 de Setembro de 2005:

Fernando Manuel Paulino Delgado, operário da carreira de operário qualificado (serralheiro), do quadro deste Instituto — nomeado definitivamente, precedendo concurso, operário principal da carreira de operário qualificado (serralheiro), escalão 1, índice 204, do referido quadro, considerando-se exonerado do lugar de origem a partir da data da aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Setembro de 2005. — Pela Presidente, o Director do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Fernando Assunção*.

**Despacho (extracto) n.º 20 945/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 21 de Setembro de 2005:

Licenciada Ana Márcia Silva Oliveira, técnica profissional de 2.ª classe da carreira técnica profissional de reinserção social, escalão 3, índice 218, do quadro de pessoal deste Instituto — reclassificada como técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social, escalão 1, índice 400, precedendo parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Setembro de 2005. — Pela Presidente, o Director do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Fernando Assunção*.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

**Despacho n.º 20 946/2005 (2.ª série).** — *Delegação de competências.* — Ao abrigo do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, e tendo em vista as áreas funcionais definidas no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio:

1 — Delego no vice-presidente Dr. Jorge Rodrigo Rodrigues Honório o despacho dos assuntos relacionados com o Departamento Regional de Prospectiva e Planeamento e a Direcção de Serviços de Gestão Territorial e as matérias do âmbito do ordenamento do território desenvolvidas pelo Gabinete Jurídico e pelos Serviços de Beja e Serviços de Portalegre;

2 — Delego no vice-presidente Dr. António Manuel Viana Afonso o despacho dos assuntos relacionados com o Departamento de Gestão Administrativa e Financeira, com o Centro de Documentação e Informação, com a Divisão de Apoio Técnico e Sistemas de Informação, com o Gabinete de Coordenação e Apoio Técnico, com o Gabinete de Documentação, Informação e Comunicação e com a Direcção Regional de Administração Local, com excepção das matérias do âmbito do Fundo Social Europeu;

3 — Delego na vice-presidente mestre Paula Alexandra Faria Fernandes Sarmento e Silva o despacho dos assuntos relacionados com a Direcção de Serviços de Gestão Ambiental, com a Direcção de Serviços de Monitorização Ambiental, com a Direcção de Serviços